

cujas composição é definida por despacho do membro do Governo responsável pela intervenção operacional em causa, com as competências descritas no artigo 32.º do mesmo diploma.

A criação, composição e competências da Unidade de Gestão do Programa Operacional Saúde foram definidas através do despacho n.º 14 409/2000 (2.ª série), de 15 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 15 de Julho de 2000.

Tendo em conta que a promoção da igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens corresponde a uma preocupação comunitária e nacional e que no QCA III o princípio da igualdade é expressamente referido como elemento integrador das diferentes intervenções operacionais, sendo esta uma matéria transversal na área da saúde, determina-se o seguinte:

É acrescentada a alínea *h)* à composição da Unidade de Gestão do Programa Operacional Saúde, referida no n.º 2 do despacho n.º 14 409/2000 (2.ª série), de 15 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 15 de Julho de 2000, com a seguinte redacção:

«*h)* Um representante do membro do Governo com competências na área da igualdade.»

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

22 de Maio de 2003. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Adão José Fonseca Silva*.

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 11 619/2003 (2.ª série). — O despacho n.º 3/91, de 8 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 18 de Março de 1991, definiu as condições de dispensa e utilização de medicamentos prescritos a doentes insuficientes renais crónicos e transplantados renais.

Face aos recentes avanços científicos verificados, torna-se necessário actualizar os grupos terapêuticos abrangidos por aquele despacho. Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 205/2000, de 1 de Setembro, e 270/2002, de 2 de Dezembro, determino:

O anexo do despacho n.º 3/91, de 8 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 18 de Março de 1991, passa a ter a seguinte redacção:

«ANEXO

Grupos terapêuticos

1 — Aparelho cardiovascular — anti-hipertensores:

- a) Antiadrenérgicos de acção central;
- b) Antiadrenérgicos de acção periférica:
 - 1) Bloqueadores (α);
 - 2) Bloqueadores (β);
 - 3) Bloqueadores (α) e (β);

- c) Musculotrópicos;
- d) Bloqueadores dos canais de cálcio;
- e) Inibidores da enzima de conversão.

2 — Sangue — antianémicos:

- a) Ácido fólico;
- b) Sulfato ferroso.

3 — Aparelho digestivo — antiácidos:

- a) Hidróxido de alumínio;
- b) Fosfato de alumínio gel.

4 — Hormonas:

- Corticósteróides;
- Prednisolona.

5 — Nutrição — vitaminas e sais minerais:

- a) Complexo B;
- b) Calcitriol;
- c) Alfalcidol (*).

6 — Correctivos da volémia e das alterações hidroelectrolíticas:

- Carbonato de cálcio;
- Resina permutadora de iões — fase cálcica;
- Sevelamer (*).

(*) Os medicamentos só estão abrangidos por este despacho caso os seus titulares de autorização de introdução no mercado o requeiram,

nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 118/92, de 25 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 205/2000, de 1 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 270/2002, de 2 de Dezembro.»

22 de Maio de 2003. — O Secretário de Estado da Saúde, *Carlos José das Neves Martins*.

Direcção-Geral da Saúde

Hospitais Cívicos de Lisboa

Subgrupo Hospitalar dos Capuchos e Desterro

Aviso n.º 6793/2003 (2.ª série). — *Concurso n.º 13/2003 — concurso externo geral de ingresso para a categoria de técnico de 2.ª classe de cardiopneumologia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica do quadro de pessoal do Subgrupo Hospitalar dos Capuchos e Desterro.* — 1 — Torna-se público que, por deliberação do conselho de administração do Subgrupo Hospitalar dos Capuchos e Desterro de 15 de Maio de 2003, se encontra aberto, pelo prazo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo geral de ingresso para a categoria de técnico de 2.ª classe de cardiopneumologia da carreira de técnico de diagnóstico e terapêutica para provimento de um lugar do quadro de pessoal deste Subgrupo Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 598/93, de 23 de Junho, e alterada pela Portaria n.º 10/95, de 6 de Janeiro.

Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — A vaga posta a concurso foi objecto de descongelamento de acordo com o despacho conjunto n.º 649/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 194, de 23 de Agosto de 2002, tendo sido feita consulta à DGAP, que informou não haver excedentes disponíveis.

2.1 — O preenchimento do lugar posto a concurso faz-se por conta da utilização das quotas atribuídas para o ano em curso e para aquelas que venham a ser distribuídas pela não utilização por outras instituições.

3 — Prazo de validade — o prazo de validade do concurso será de um ano contado da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

4 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e 564/99, de 21 de Dezembro, e Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

5 — Conteúdo funcional — as funções a desempenhar são as definidas no artigo 6.º e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

6 — Local de trabalho e vencimento — o local de trabalho é no Subgrupo Hospitalar dos Capuchos e Desterro, sendo o vencimento o que resultar da aplicação do anexo 1 ao Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo em casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter cumprido os deveres militares ou serviços cívicos, quando obrigatório;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Encontrar-se física e psiquicamente apto para o desempenho das funções e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

7.2 — Requisitos especiais — é requisito especial a posse do curso de formação profissional ministrado nas escolas referidas no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 564/99, de 21 de Dezembro.

8 — Método de selecção — avaliação curricular, complementada com entrevista profissional de selecção, nos termos do n.º 2.º da Portaria n.º 721/2000, de 5 de Setembro.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

8.2 — Publicação das listas — as listas de candidatos admitidos e excluídos e a lista de classificação final, para além dos meios que a lei impõe, serão também afixadas no Serviço de Gestão de Recursos Humanos deste Subgrupo Hospitalar, de acordo com o disposto no